



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Poder Judiciário
Comarca de Itapirapuã**

**ESCREVENTE JUDICIÁRIO I
PROVA OBJETIVA**

Leia com atenção as instruções a seguir:

- Você está recebendo do fiscal de sala, um caderno destinado à transcrição marcações da prova objetiva e dos textos definitivos das respostas da prova discursiva.
- Ao receber o caderno de textos definitivos você deve:
 - a) ler atentamente as instruções, inclusive as do cartão resposta;
 - b) comunicar imediatamente ao fiscal da sala qualquer erro encontrado no material recebido;

- Durante a aplicação da prova **não** será permitido:
 - ✓ qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - ✓ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ✓ portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- **Não** será permitida a troca deste caderno por erro do examinando.
- O tempo disponível para esta prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para preenchimento do cartão resposta e dos textos definitivos.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do cartão resposta e do caderno de textos definitivos.
- Somente após decorridas três horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de rascunho.
- O examinando somente poderá retirar-se do local da aplicação, levando consigo este caderno, a partir dos últimos 30 (trinta) minutos do tempo destinado à realização do Exame. Quando terminar sua prova, entregue este caderno para o fiscal e o caderno de resposta das questões discursivas.
- Os 2 (dois) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes, deverá assinar termo desistindo do Exame. Caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

Boa prova!



1 – Acerca do texto abaixo, assinale a questão incorreta:

“Ademais, entendo ser o latinismo um vício de linguagem como outro qualquer, o galicismo, o anglicismo, o castelhanismo, o italianismo, etc., por caracterizar estrangeirismo, ou seja, o emprego de vocábulos de outras línguas quando não indispensáveis. O ideal é expressar-se no português, pátrio, com clareza, elegância e correção, adotando como regra a tradução das palavras alienígenas, não só do latim como das demais línguas.” (NASCIMENTO, Raymundo Moreira. O emprego do latim na redação jurídica. Revista do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – Ano 5 n° 16 – 2.013, pag. 64).

(A) É consentânea com o texto a ideia de que, sendo indispensáveis, não se deve usar o vocábulo estrangeiro.

(B) Defende o autor que o estrangeirismo é um vício de linguagem.

(C) Pretende o autor fazer crer que o uso de um português qualificado é a forma ideal para expressar-se.

(D) Pode-se entender, a partir da leitura do texto, que o latim não é o único vício de linguagem existente.

2 – Acerca do texto abaixo, assinale a questão correta:

“Enquanto se discute a possibilidade de dar ou não palmadas, apenas um neologismo para permitir o ato de violência contra os próprios filhos, não se estende a preocupação com as responsabilidades afetivas e educadora dos pais. E não é pela baixa lesividade da palmada, mas em virtude do seu simbolismo de agressão e forma de solução dos conflitos que se prepara o indivíduo para também sentir-se no direito de dar porrada, ou se acanhar de vez diante de seus obstáculos, fechado em seus temores”. (DA SILVA, Denival Francisco. Pais e filhos. Revista do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – Ano 5 n° 16 – 2.013, pag. 61).

(A) Há no texto uma defesa intrínseca do uso da palmada e não da agressão física na educação infantil.

(B) Extrai-se do texto o entendimento de que o uso da palmada traz sequelas na vida da pessoa, o que não se reflete no aspecto afetivo.

(C) Para o autor, não há qualquer similitude entre o uso das palmadas e da violência como método educacional.

(D) Perfilha o autor a ideia de que embora seja baixa a lesividade da palmada, tem ela caráter simbólico de

agressão e forma de solução de conflitos na formação do indivíduo.

3 – Acerca do texto abaixo, assinale a questão incorreta:

“Há certas amizades nesta vida que já nos chegam prontas, eviternas. Parecem água de beber. A gente nem precisa experimentar: bebe, é pura. E isso de ser amigo está se tornando cada vez mais escasso entre os homens. É sombrio, mas é verdade. Porque, na falta de um amigo, a linguagem sentimental se esvazia, arrastada pelos redemoinhos da solidão. E nós vivemos como sonhamos, sozinhos. E o poeta é “dramaturgo do eu”, filho do cosmo, não do caos”. (NASCENTE, Gabriel. Crônica: Ney Teles, o poeta inventor do efêmero. Revista do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – Ano 5 n° 16 – 2.013, pag. 63).

(A) Defende o autor que a solidão dos dias atuais decorre da dificuldade de se encontrar amizades prontas.

(B) Pode-se extrair do texto que nem todas as amizades entre as pessoas chegam prontas, eviternas.

(C) É admissível concluir do texto acima que, na solidão, passa-se a viver como se sonha.

(D) De acordo com o autor, na atualidade, está ficando difícil ao homem fazer amizades.

4 – Leia com atenção e indique a questão certa:

“Poluição sonora, anteriormente tratada como mero problema de vizinhança, é hoje considerada tema relevante à qualidade de vida e saúde da população urbana, porquanto vários são os estudos que comprovam os malefícios causados ao ser humano – de natureza física, psicológica e emocional -, em virtude de níveis excessivos de ruídos”. (LOYOLA, Marta Moriya; COUTINHO, Ricardo Santos. Poluição Sonora. Manual Básico do Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, vol. 2. Goiânia: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2010, pag. 57).

(A) A poluição sonora causa danos aos seres humanos, mas somente relacionados à audição.

(B) Não se pode dizer que os níveis excessivos de ruídos em nossas cidades afetem a qualidade de vida da vizinhança e da população urbana em geral.

(C) Ligar o som do carro nas cidades de Itapirapuã e Matrinchã em volume excessivo é problema exclusivo de quem está no seu interior face ao risco de surdez.

(D) Nenhuma das anteriores.

5 – No editor de textos *LibreOffice Writer - BrOffice*, quando se está trabalhando com um arquivo existente e se deseja criar um arquivo totalmente novo, numa janela em separado do editor de textos, você deve:

- (A) Clicar sobre o menu Inserir > item Novo > item Documento de texto, ou clicar no botão Novo da Barra padrão.
- (B) Clicar sobre o menu Editar > Item Salvar > item Documento de texto.
- (C) Clicar sobre o menu Arquivo > item Novo > item Documento de texto, ou clicar no botão Novo da Barra padrão.
- (D) Nenhuma das opções acima.

6. Para salvar um arquivo no *LibreOffice Writer – BrOffice* com o nome “*Ficha_Edison*”, após selecionar a pasta desejada e digitar o nome do arquivo “*Ficha_Edison*”, deve-se selecionar o seguinte tipo de arquivo:

- (A) Rich Text Format.rtf.
- (B) Texto do OpenDocument.odt.
- (C) Microsoft Word 97/2000/XP.doc.
- (D) Todas as opções acima estão corretas.

7. Numa planilha no *LibreOffice Calc – BrOffice*, ao se visualizar quebra de página, clicando em Exibir > Visualizar Quebra de Página, o intervalo que apresentará selecionado em azul corresponderá:

- (A) à figura que será inserida na página.
- (B) à área selecionada da tabela em negrito.
- (C) ao aumento da visualização na tela da planilha.
- (D) à área de impressão.

8 – A sequência correta dos nomes dos atuais presidentes das mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional é:

- (A) José Sarney, Renan Calheiros, Marcos Maia.
- (B) Marcos Maia, Renan Calheiros, Renan Calheiros.
- (C) Marcos Maia, Renan Calheiros, José Sarney.
- (D) Henrique Eduardo Alves, Renan Calheiros, Renan Calheiros.

9 – O nome do atual presidente do Banco Central do Brasil é:

- (A) Luiz Edson Feltrim.
- (B) Henrique Meirelles.
- (C) Alexandre Antonio Tombini.
- (D) Ricardo Mansur.

10 – Acerca do bioma cerrado, indique o item correto:

- (A) Está presente em vários Estados brasileiros, inclusive na região sudeste do país.
- (B) Está presente exclusivamente nos Estados integrantes do centro-oeste e nordeste do Brasil.
- (C) Não se faz presente no norte brasileiro.
- (D) Nenhuma das anteriores.

11 – Acerca da investidura no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com o texto constitucional, aponte a alternativa correta:

- (A) Dá-se pela nomeação por parte do(a) Presidente da República, após a aprovação da escolha pela maioria simples do Congresso Nacional.
- (B) Dá-se pela nomeação por parte do(a) Presidente da República, após a aprovação da escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (C) Dá-se pela nomeação por parte do(a) Presidente da República, após a aprovação da escolha pela maioria simples do Senado Federal.
- (D) Dá-se pela nomeação por parte do(a) Presidente da República, após a aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

12 – É considerado pela Constituição Federal de 1988 como função essencial à justiça, exceto:

- (A) A Defensoria Pública.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça
- (C) O Ministério Público.
- (D) A Advocacia Pública.

13 – Segunda a Carta Magna de 1988, o número de juízes numa determinada comarca, será proporcional:

- (A) Ao número de habitantes e à renda per capita do(s) município(s) formador(es) da comarca.
- (B) À média anual da receita geral do Estado e do(s) município(s) integrante(s) da comarca.
- (C) À renda per capita dos habitantes do(s) município(s) formador(es) da comarca.
- (D) À efetiva demanda judicial e à respectiva população.

14 – De acordo com o texto constitucional, é correto afirmar a respeito do Conselho Nacional de Justiça:

- (A) É composto por 15 (quinze) membros, com mandato de 02 (dois) anos, e foi instituído pela emenda constitucional nº 45/2004.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

(B) É composto por 15 (quinze) membros, com mandato de 02 (dois) anos, inadmitida recondução, e foi instituído pela emenda constitucional nº 45/2004.

(C) É composto por 14 (quatorze) membros, com mandato de 02 (dois) anos, e foi instituído pela emenda constitucional nº 45/2004.

(D) É composto por 15 (quinze) membros, com mandato de 2 (dois) anos, e foi instituído pela emenda constitucional nº 61/2009.

15 – Em relação aos Tribunais de Justiça dos Estados, está conforme a Constituição Federal de 1988 a seguinte assertiva:

(A) Os Estados organizarão sua Justiça, observada exclusivamente a Constituição Estadual.

(B) A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

(C) A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa da maioria absoluta dos deputados estaduais.

(D) Nenhuma das anteriores.

16 – Relativamente à acumulação remunerada de cargos públicos, é incorreto afirmar:

(A) Não havendo incompatibilidade de horários, será admitida quando tratar-se de dois cargos de professor, submetendo-se ao teto remuneratório do serviço público.

(B) Não havendo incompatibilidade de horários, será admitida quando tratar-se de dois cargos de professor, independentemente do teto remuneratório do serviço público.

(C) Será admitida quando tratar-se de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.

(D) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias, e sociedade controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

17 – Pode-se afirmar em relação aos cargos, empregos e funções públicas, de acordo com o texto constitucional:

(A) São acessíveis aos brasileiros e estrangeiros naturalizados.

(B) São acessíveis aos brasileiros e estrangeiros.

(C) São acessíveis tão somente àqueles que comprovarem a nacionalidade brasileira.

(D) São acessíveis aos brasileiros, inadmitindo-se a imposição de qualquer requisito infraconstitucional.

18 – De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás, o prazo para a pessoa nomeada para cargo público tomar posse, a contar da data da publicação do ato no órgão oficial, é de:

(A) 15 (quinze) dias, sem prorrogação.

(B) 15 (quinze) dias, prorrogável por mais (quinze), a requerimento do interessado.

(C) 30 (trinta) dias, sem prorrogação.

(D) Nenhuma das anteriores.

19 – De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás, é incorreto afirmar:

(A) Exercício, ato despersonalizado, é a efetiva entrada do funcionário em serviço público.

(B) Lotação é o número de funcionários de cada classe que deve ter exercício em cada repartição ou serviço.

(C) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar, entre outros, da data da posse.

(D) O funcionário que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado do cargo.

20 – De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás, acerca da promoção funcional, é incorreto afirmar:

(A) Cuida-se do provimento na referência inicial do cargo vago de classe imediatamente superior àquela que ocupa o servidor.

(B) Ocorre tão somente dentro da mesma série de classes e da mesma categoria funcional a que pertença o servidor.

(C) Todos os servidores públicos estaduais poderão dela beneficiar-se, independentemente de serem efetivos ou estáveis.

(D) Tem por critérios a antiguidade e o merecimento.

21 – Vacância, conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás, é a abertura de claro no quadro de pessoal do serviço público, e decorrerá de, exceto:

(A) Promoção.

(B) Empossamento.

(C) Exoneração.

(D) Falecimento.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

22 – É adjetivado pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás como transgressão disciplinar a seguinte conduta, exceto:

- (A) Retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- (B) Promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
- (C) Atender, com preterição de qualquer outro serviço, as requisições para a defesa da Fazenda.
- (D) Praticar a usura em qualquer de suas formas.

23 – Não é espécie de pena disciplinar prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás:

- (A) Anotação funcional.
- (B) Suspensão.
- (C) Multa.
- (D) Cassação de disponibilidade.

24 – É correto afirmar em relação à pretensão de aplicação de sanção de natureza disciplinar, com base na Lei de Organização Judiciária de Goiás:

- (A) É imprescritível.
- (B) Prescreverá em 06 (seis) anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e respectivas multas e em 03 (três), quanto às demais infrações.
- (C) Prescreverá em 05 (cinco) anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e respectivas multas e em 03 (três), quanto às demais infrações.
- (D) Nenhuma das anteriores.

25 – Não é considerado órgão exercente do Poder Judiciário pela Lei de Organização Judiciária de Goiás:

- (A) O Tribunal de Justiça.
- (B) Os Desembargadores.
- (C) Os Juízes Substitutos.
- (D) Os Juízes Militares.

26 – É órgão integrante do Tribunal de Justiça de Goiás, de acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado de Goiás, EXCETO:

- (A) Juiz Singular.
- (B) Conselho da Magistratura.
- (C) Corregedoria da Justiça.
- (D) Nenhuma das anteriores.

27 – De acordo com a Lei de Organização Judiciária de Goiás, é correto afirmar acerca da Corregedoria da Justiça:

- (A) É exercida em todo o Estado, cuidando-se de órgão colegiado formado por juízes de entrância final e desembargadores escolhidos pelo pleno do Tribunal de Justiça em eleição direta.
- (B) É exercida em todo o Estado por um único(a) desembargador(a) eleito pelo Tribunal de Justiça.
- (C) É exercido em todo o Estado por um único(a) desembargador(a) egresso do Ministério Público.
- (D) Nenhuma das anteriores.

28 – De acordo com a Lei de Organização Judiciária de Goiás, insere-se nas atribuições administrativas do juiz diretor do foro, exceto:

- (A) Autorizar escrevente praticar todos ou alguns atos privativos do respectivo Escrivão ou Tabelião, exceto os relativos a disposições testamentárias ou *causa mortis*.
- (B) Instalar distrito judiciário.
- (C) Exonerar serventuário da Comarca em decorrência de condenação oriunda de processo administrativo disciplinar.
- (D) Nenhuma das anteriores.

29 – Está elencado como dever e atribuição comuns dos servidores da justiça em geral, de acordo com a Lei de Organização Judiciária de Goiás:

- (A) Autenticar cópias e fotocópias de peças ou documentos originais que detiver ou lhe forem apresentados em razão de seu ofício.
- (B) Pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos e vantagens de parentes até o segundo grau.
- (C) Apresentar, independentemente de fundamento, queixa, denúncia ou representação.
- (D) Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.

30 – De acordo com o Código de Organização Judiciária de Goiás, é competente para dar posse ao candidato aprovado no concurso ao cargo de escrevente judiciário I:

- (A) O Diretor Geral do Tribunal de Justiça.
- (B) O Corregedora Geral da Justiça.
- (C) O Juiz de Direito – Diretor do Foro;
- (D) O Presidente do Tribunal de Justiça.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

- 31 – No ramo do direito civil, relativamente à personalidade e capacidade da pessoa, aponte o item correto:**
- (A) Somente as pessoas capazes podem adquirir direitos.
 - (B) Somente as pessoas capazes podem assumir obrigações.
 - (C) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
 - (D) A personalidade civil da pessoa tem como marco objetivo o registro civil de seu nascimento com vida.
- 32 – No direito civil, relativamente à personalidade e capacidade da pessoa, é correto afirmar, EXCETO:**
- (A) A menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
 - (B) A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.
 - (C) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são absolutamente incapazes.
 - (D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- 33 – Está em desacordo com as normas do Código Civil que cuidam das pessoas jurídicas a seguinte afirmação:**
- (A) As autarquias podem enquadrar-se como pessoa jurídica de direito público ou privado, a depender o regime jurídico estabelecido em sua lei instituidora.
 - (B) As autarquias, inclusive as associações públicas, qualificam-se sempre como pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (C) São sempre pessoas jurídicas de direito público externo todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
 - (D) Os partidos políticos estão incluídos no grupo das pessoas jurídicas de direito privado.
- 34 – Com base no Código Civil, é correto afirmar relativamente ao domicílio da pessoa:**
- (A) Como regra, o domicílio da pessoa natural corresponderá àquele em que livremente escolher, independentemente de sua residência.
 - (B) Se a pessoa natural tiver diversas residências, seu domicílio corresponderá ao lugar em que exerça sua profissão.
 - (C) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.
 - (D) Tem domicílio necessário o capaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- 35 – De acordo com o Código Civil, para efeitos legais, consideram-se bens imóveis, EXCETO:**
- (A) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - (B) O direito à sucessão aberta.
 - (C) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
 - (D) Nenhuma das anteriores.
- 36 – De acordo com a disciplina estabelecida no CPC, está correta a seguinte assertiva:**
- (A) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo.
 - (B) Os atos e termos processuais, de regra, dependem de forma determinada.
 - (C) Não se admite a assinatura por meio eletrônico de todos os atos e termos processuais.
 - (D) Nenhuma das anteriores.
- 37 – Acerca dos atos processuais, está de acordo com o Código de Processo Civil o seguinte item:**
- (A) De regra, durante as férias, não se veda a prática de atos processuais.
 - (B) O prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz é contínuo.
 - (C) É vedada às partes a redução de prazo dilatatório.
 - (D) De regra, computa-se os prazos incluindo o dia do começo.
- 38 – Acerca da citação, está de acordo com o Código de Processo Civil a seguinte assertiva:**
- (A) É o ato dirigido ao autor da ação cível.
 - (B) É indispensável à validade do processo.
 - (C) É ato dirigido tanto ao autor quanto ao réu da ação.
 - (D) Efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o meirinho.
- 39 – Não está arrolado no Código de Processo Civil como espécie de recurso:**
- (A) Os embargos de divergência.
 - (B) Os embargos infringentes.
 - (C) O agravo.
 - (D) O recurso inominado.
- 40 – Está em desacordo com a Lei dos Juizados Especiais Cíveis a seguinte afirmação:**
- (A) Em caso de recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

- (B) O acordo extrajudicial, de qualquer valor, poderá ser homologado.
(C) Em primeiro grau, não se exige o pagamento de taxas.
(D) Admite-se a citação por edital.

41 – É certo afirmar acerca da ação penal, de acordo com o Código Penal:

- (A) Como regra, é de iniciativa pública.
(B) É privada, salvo norma expressa em contrário.
(C) A pública é promovida por qualquer pessoa capaz.
(D) A de iniciativa privada é promovida por denúncia.

42 – Está em consonância com o Código Penal o seguinte conceito de crime, EXCETO:

- (A) Doloso, quando o agente quis o resultado.
(B) Culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
(C) Consumado, quando nele se reúne todos os elementos de sua definição jurídica.
(D) Tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias decorrentes da vontade do agente.

43 – Não é espécie de pena restritiva de direito prevista no Código Penal:

- (A) Prestação pecuniária.
(B) Interdição temporária de direitos.
(C) Privativa de liberdade.
(D) Limitação de fim de semana.

44 – É correto afirmar acerca das atribuições do Ministério Público de acordo com Código de Processo Penal:

- (A) Promover, exclusivamente, a ação penal pública.
(B) Promover, por meio de representação, a ação penal.
(C) Promover, privativamente, a ação penal subsidiária.
(D) Promover, privativamente, a ação penal pública.

45 – É correto afirmar em relação à citação no processo penal, de acordo com o CPP:

- (A) Se o réu estiver preso, será citado por meio do diretor do estabelecimento prisional.
(B) Não sendo encontrado o acusado, proceder-se-á a citação editalícia.
(C) Inadmitte-se a citação por meio de edital.
(D) A citação, de regra, será pelo correio, com AR.

46 – De acordo com o Código de Processo Penal, deverá constar do edital de citação, EXCETO:

- (A) O nome do Promotor de Justiça autor da denúncia.

- (B) O nome do Juiz que a determinar.
(C) O prazo.
(D) O fim para que é feita a citação.

47 – Não é espécie de procedimento comum prevista no Código de Processo Penal:

- (A) O sumaríssimo.
(B) O sumário.
(C) O ordinário.
(D) O relativo aos processos de competência do tribunal do júri.

48 – Está de acordo com a disciplina geral estabelecida no Código de Processo Penal quanto aos recursos:

- (A) O Ministério Público não poderá desistir do recuso de sua autoria.
(B) Independe de interesse da parte que o promover.
(C) Como regra, a parte será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
(D) Será interposto de ofício pelo juiz em casos de absolvição por crime contra a fazenda pública.

49 – De acordo com o Código de Processo Penal, a apelação será interposta no prazo de:

- (A) 15 dias.
(B) 10 dias.
(C) 08 dias.
(D) 05 dias.

50 – De acordo com o Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do Estado de Goiás, considera-se de valor inestimável para fim de cobrança de custas e emolumentos, EXCETO:

- (A) Os pedidos de interdição.
(B) Os pedidos de notificações.
(C) Os pedidos de condenação por quantia.
(D) Os processos acessórios, como regra.

PROVA DISCURSIVA/ PRÁTICA FORENSE

- 1) **Elabore um mandado de citação editalícia criminal do Juízo da Comarca de Itapirapuã, devendo constar os requisitos estabelecidos pelo Código de Processo Penal. (4,0 pontos)**
- 2) **Indique as espécies de pena arroladas no Código Penal. (2,0 pontos)**
- 3) **Diga qual é o conceito de citação apresentado pelo Código de Processo Civil (2,0).**
- 4) **De acordo com o Código de Processo Civil, quando se fará a citação por edital? (2,0)**